

## COMITÊ REGIONAL DO E-GESTÃO

### ATA DE REUNIÃO

Data: 2017.06.21

Local: Sala 307-A do Prédio Sede do Tribunal

Presenças: Juiz Cloceimar Lemes Silva (Juiz Auxiliar da Corregedoria e coordenador) e servidores Onélio Luiz Soares Santos (SEGJUD), Corine Angélica de Oliveira (SEGJUD), Luciana Tirelli Lopes Pulvirenti da Silveira (SEGJUD), Nora Helena Rothfuchs Albrecht (SETIC), Francisco José Fetter Furtado (AGE), Jeferson Daniel de Matos (AGE), Flávio Cezar Giroto (Corregedoria), Luís Eduardo de Freitas (Diretor de Secretaria) e Gisele Santos Sena (SEGESP).

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 14h35min – 15h20min

O Juiz Cloceimar abriu a reunião encaminhando os itens de pauta, sendo o primeiro o formulário preparatório à correição que o TST procederá no TRT4 em julho. O Comitê encarregou-se do preenchimento das três perguntas que diziam respeito ao uso e eventuais problemas do e-Gestão. O Comitê aprovou as respostas sugeridas por Francisco para as questões 2.1 e 2.3, excluindo apenas o primeiro item da 2.3 por se tratar de um problema associado a procedimento do próprio TRT4. Para a questão 2.2, foi adotada a resposta apresentada por Flávio. A seguir, o grupo debateu o uso do Siscond, utilizado pelo Corregedor Nacional e também disponível para o TRT4, mas não usado no Regional. Onélio solicitou a instalação do sistema para testá-lo, que está sendo feita pela SETIC. Nora esclareceu que o Siscond não possui os mesmos relatórios do e-Gestão, consultado apenas a base de dados do PJe, ao passo que o e-Gestão inclui também dados do inFor. O Juiz Cloceimar questionou por quanto tempo ainda será usado o inFor, ao que Onélio esclareceu ainda existirem 200.000 processos físicos tramitando em fase de execução, cuja movimentação é controlada com o inFor. Com a digitalização, cem mil destes serão passados para o PJe, mas os demais permanecerão exigindo o uso do inFor. Os presentes debateram o tema, concluindo que o inFor permanecerá mais alguns anos em uso, com Luís Eduardo apontando que o tempo pode ser de dois anos se a digitalização incluísse os autos integrais de todos os processos físicos em execução. A SEGJUD relatou que a versão 1.15.0 do PJe, prevista para instalação neste Regional em julho do corrente ano, apresenta algumas novidades, dentre elas: fluxo de diligência interna e novos tipos de conclusão em Recursos de Revista (são eles: do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, do Agravo de Instrumento em Recurso

Ordinário, do Vice-Presidente do Tribunal). Em relação a estas novidades, consentiu-se nesta reunião a abertura de JIRAs ao TST para averiguar possíveis impactos nos dados estatísticos do e-Gestão. Adicionalmente, Nora informou que existe nova versão do extrator, a qual acompanha a nova versão do PJe e só pode ser usada após atualizado o sistema. Por fim, o grupo discutiu a troca da reunião para terças-feiras, resultando na definição das datas de reunião até o final do ano (11 de julho, 8 de agosto, 9 de setembro, 10 de outubro e 14 de novembro), sempre às 14h30min. Sem outros assuntos, a reunião foi encerrada, sendo a ata lavrada por mim, Igor Ferraz Freiburger, analista judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica.

---